

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202306/0913

Tipo Oferta: Mobilidade Interna

Estado: Ativa

Nível Orgânico: Ministério da Coesão Territorial

Orgão / Serviço: Direção-Geral das Autarquias Locais

Regime: Carreiras Gerais

Carreira: Técnico Superior

Categoria: Técnico Superior

Grau de Complexidade: 3

Remuneração: Poderá ser oferecida pos. remuneratória imediatamente superior à auferida no PT de origem

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Recolha e tratamento de dados financeiros das entidades locais;
Elaboração e divulgação das análises sobre a situação económico-financeira das entidades do subsector da administração local;
Elaboração de propostas, nos termos da lei, os planos de distribuição das participações financeiras que cabem à administração local, acompanhando o respetivo processamento, no âmbito do regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais e fundo de financiamento da descentralização;
Apoio às entidades do subsector da administração local na submissão da informação financeira nas aplicações da DGAL;
Apoio às entidades do subsector da administração local no âmbito do Sistema de Normalização Contabilística das Administrações Públicas SNC-AP e do regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais.

Caracterização do Posto de Trabalho: Ou

Participação na gestão e controlo orçamental, bem como na sua execução;
Participação na elaboração e organização da conta de gerência;
Participação na realização de procedimentos de contratação pública e execução de contratos Outras funções inerentes à carreira de técnico superior conforme Anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Ou

Análise e instrução dos processos de candidaturas no âmbito de programas de estágio para a administração local, financiados por fundos europeus;
Verificação in loco, através de visitas de controlo em todo o território do continente, da execução das operações e atividades cofinanciadas, bem como a conformidade com a legislação e regulamentação aplicável;
Elaboração e acompanhamento de candidaturas a financiamento europeu;
Outras funções inerentes à carreira de técnico superior conforme Anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado

- a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:

Habilitação Literária: Licenciatura
Descrição da Habilitação Literária: Licenciatura

Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Área Temática Ignorada	Área Temática Ignorada	Área Temática Ignorada

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Direção-Geral das Autarquias Locais	3	Rua Tenente Espanca, n.º 20 a 24	Lisboa	1050223 LISBOA	Lisboa	Lisboa

Total Postos de Trabalho: 3

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos:

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: concursos@dgal.gov.pt
Contacto: 213133000
Data Publicitação: 2023-06-26
Data Limite: 2023-07-10

Texto Publicado

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:
Texto Publicado em Jornal Oficial:

Observações

O recrutamento será feito por mobilidade na categoria, podendo ser oferecida a posição remuneratória imediatamente superior, da

categoria, à detida antes do início da mobilidade (nº1, artigo 153º da LTFP).

As candidaturas devem ser dirigidas à Diretora-Geral das Autarquias Locais, mediante requerimento, e enviadas, via e-mail, para concursos@dgal.gov.pt até ao prazo limite para apresentação das mesmas. Não serão consideradas candidaturas enviadas por correio.

Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

identificação da oferta de emprego a que se candidata;

identificação do(a) candidato(a) - nome, número de identificação fiscal, código postal;

telefone e endereço de correio eletrónico; declaração em como autoriza o uso do endereço eletrónico para efeitos dos artigos 63.º

e 112.º do Código do Procedimento Administrativo.

A candidatura deve ser acompanhada de declaração passada pelo serviço de origem na qual conste o tipo de vínculo e remuneração auferida, com indicação da posição remuneratória e curriculum vitae detalhado
